

PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE PIMENTEIRA COM RELAÇÃO ÀS AÇÕES
CONSERVACIONISTAS DA RPPN SESC PANTANAL –
BARÃO DE MELGAÇO – MT

Cristina Cuiabália Rodrigues Pimentel¹
Vera Lúcia Monteiro dos Santos Guarim²

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo estudar a percepção dos moradores da comunidade Pimenteira com relação às ações conservacionistas da Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) SESC Pantanal - Barão de Melgaço-MT. Caracteriza-se como pesquisa predominantemente qualitativa realizada em duas etapas. A primeira, conduzida através de roteiro de pesquisa de campo contendo os principais aspectos da comunidade e a segunda que realizou-se através de entrevistas semi-estruturas para obtenção de dados sobre a percepção da comunidade. Os resultados revelaram que a infra-estrutura é precária comprometendo-se o atendimento às necessidades básicas da população. Na segunda etapa do trabalho, obteve-se um diagnóstico que não foge à realidade da relação entre as comunidades e unidades de conservação no Brasil. A maioria revela que a RPPN é algo positivo para a comunidade, pois trouxe emprego e renda, ficando em terceiro plano a conservação ambiental. A maior parte não conhece as ações de manejo e sua importância para o ecossistema. Os que mencionaram algumas das ações destacaram o combate aos incêndios florestais, pois é uma oportunidade de emprego. Tais resultados apontam para uma reformulação das ações de manejo, procurando técnicas participativas para atingir a sustentabilidade integrada entre todas as dimensões.

Palavras-chave: comunidade tradicional; percepção; unidade de conservação

¹ Graduada em Licenciatura Plena em Ciências Biológicas na Universidade Federal de Mato Grosso e Mestranda do Programa de Pós-graduação em Geografia/Instituto de Ciências Humanas e Sociais – Universidade Federal de Mato Grosso.

² Bacharel em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Pará; Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso; Doutora em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso e atual Chefe do Departamento de Botânica e Ecologia do Instituto de Biociências da Universidade Federal de Mato Grosso.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo estudiar la percepción de los moradores de la comunidad Pimenteira con relación a las acciones conservacionistas en la Reserva Particular del Patrimonio Natural (RPPN) SESC Pantanal – Barão de Melgaço-MT. Es una investigación predominantemente cualitativa realizada en dos etapas. La primera se hizo en investigación de campo identificando los aspectos principales de la comunidad; y la segunda se hizo mediante entrevistas semi-estructuradas para obtener datos sobre la percepción de la comunidad. Los resultados revelaron que la infraestructura es precaria y que se limita a atender las necesidades básicas de la población. En la segunda etapa del trabajo se obtuvo un diagnóstico que no refleja la realidad de relación entre las comunidades y las unidades de conservación de Brasil. La mayoría revela que en la RPPN hay algo positivo para la comunidad porque trajo empleo y renta, pero la conservación ambiental queda en tercer plano. La mayor parte no conoce las acciones de manejo y su importancia para el ecosistema. Los que mencionaron algunas de las acciones destacaron el combate a los incendios forestales, porque es una oportunidad de empleo. Tales resultados apuntan hacia una reformulación de las acciones de manejo, procurando técnicas participativas para obtener la sostenibilidad integrada entre todas las dimensiones.

Palabras clave: comunidad tradicional, percepción, unidad de conservación

ABSTRACT

This paper has as its goal to study the perception of the dwellers from *Pimenteira* community in relation to the conservative actions of the Private Reservation of the Natural Patrimony (PRNP) *SESC Pantanal – Barão de Melgaço-MT*. It is characterized as a research mostly qualitative done in two stages. The first, conducted through field research guide-book containing the main aspects of the community, and the second stage was done through semi-structured interviews for the obtainment of data on the perception of the community. The results revealed that the under-structure is poor which compromises the basic needs of the population. On the second stage of the work, it was diagnosed that the PRNP is a positive thing to the community because it brought jobs and income and the environmental conservation was left in a third plan. Most of the population do not know actions of handling and its importance to the environment. The few people who mentioned some actions pulled out the fight against the forest fires as a job opportunity. These results point to a reformation of the techniques of handling, searching for participative techniques to achieve integrated maintenance among all dimensions.

Key words: traditional community, perception, conservational unit

1. INTRODUÇÃO

A crise que a sociedade vivencia atualmente é decorrente de um processo de desenvolvimento baseado na produção de bens e serviços onde não se tem a preocupação com a longevidade das fontes de recursos para serem disponibilizados às futuras gerações. Neste contexto, começam a surgir sinais para promover novas formas de pensar e agir em conjunto para não comprometer as condições de bem estar dos próximos habitantes do planeta. Este novo pensar é pautado na sustentabilidade, um conceito que engloba o desenvolvimento econômico, social e ambiental de forma planejada, para que os recursos naturais não se esgotem e a qualidade ambiental se prolongue.

A «sustentabilidade» ou «desenvolvimento sustentável» são expressões mencionadas primeiramente em 1972, pelo Clube de Roma³ em seu relatório «Limites do Crescimento»; um marco inicial na emergência de políticas ambientais em muitos países, inclusive no Brasil (Pedrini 1997).

Em 1992 a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), oficialmente denominada Conferência da Cúpula da Terra, conhecida também por Rio 92, reuniu um total de 182 países. Este evento aprovou cinco acordos oficiais internacionais, dentre eles a Agenda 21 (Pedrini 1997). A Agenda 21 (Brasil 1992), oficializada nacionalmente através do Ministério do Meio Ambiente, aborda atualmente as diretrizes para a prática do desenvolvimento sustentável no país partindo de premissas globais a serem consideradas.

No Brasil, as reflexões, iniciativas e ações pautadas nos princípios da sustentabilidade ganharam um maior respaldo com a criação da Agenda 21, surgindo e se consolidando outras formas de garantir um desenvolvimento mais coerente.

A criação de áreas para proteção da natureza foi umas das formas que o Brasil passou a utilizar a exemplo de outras nações para mitigar os impactos negativos com o uso intensivo dos recursos naturais. Esta iniciativa foi recentemente normatizada com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) (Milano 2002).

Muitos abordam relatos de experiências boas e ruins nas unidades de conservação de todo o país, dentre as discussões destacam-se os problemas com questões fundiárias, conflitos com indígenas, capacitação de pessoas para atuação na gestão e manejo, impactos do uso público (turismo, visitação, atividades mal planejadas ligadas à educação ambiental, dentre outras) decorrente de administração ineficaz e dificuldade de recuperação destas áreas, impactos advindos das zonas de borda, atividades humanas clandestinas (caça, extração de material vegetal), atividades econômicas se expandindo próximas às áreas protegidas (pecuária, agricultura), dentre outras (IV Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação 2004).

Dentre os problemas mais comuns enfrentados na gestão das unidades de conservação (UC) é a dificuldade da participação de grupos comunitários e organizações locais no manejo, pois, no processo de implantação da área enquanto UC, a relação com os habitantes do entorno, ainda é estreita, o que se configura como entrave para que os moradores se integrem ao processo e sensibilizem-se com a iniciativa. Ou ainda, no processo inicial de criação da UC, os gestores estabelecem outras prioridades para a proteção da área, uma atitude que geralmente desconsidera a interação com a população local.

³ O Clube de Roma foi criado em 1968, congregando cientistas, economistas e altos funcionários governamentais, com a finalidade de interpretar o que foi denominado, sob uma perspectiva ecológica, «sistema global» (Magnoli 2006). Desde então, tais denominações passaram a ser utilizadas para expressar um novo modelo de desenvolvimento econômico e social, uma forma mais racional de prover melhores condições de vida às gerações atuais e subseqüentes.

Esta problemática está associada ao modelo no qual a área protegida foi instituída, partindo do princípio de que toda relação entre a sociedade e a natureza é degradadora e destruidora do mundo natural e selvagem, não havendo distinção entre as várias formas de sociedade (a urbano-industrial, a tradicional, a indígena, etcétera) (Diegues e Viana 2000).

Felizmente, esta relação tem sido estudada por cientistas que defendem que muitas das áreas habitadas por populações tradicionais se conservam florestadas e com alta biodiversidade pela ação manejadora ligada ao modo de vida dessas comunidades que, com a criação das áreas protegidas, passaram a estar sujeitas à expulsão (Diegues e Viana 2000).

Desta forma, esta pesquisa consiste em um estudo para compreender melhor esta relação entre as comunidades e as UC instituídas nos ambientes em que elas vivem, no caso específico da comunidade Pimenteira e a RPPN SESC Pantanal localizadas no Pantanal do município de Barão de Melgaço – MT.

A Reserva Particular do Patrimônio Natural SESC Pantanal é uma unidade de conservação que se enquadra na categoria de Uso Sustentável, prevista pelo SNUC. Esta categoria inclui áreas protegidas com o objetivo básico de compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parte de seus recursos naturais (Servicio Social do Comércio 1998).

Neste contexto, a RPPN SESC Pantanal prevê em seu Plano de Manejo o desenvolvimento de diversas atividades de forma controlada e monitorada constantemente, tais como vigilância ambiental, pesquisas científicas e projetos de desenvolvimento sustentável com moradores do entorno.

No limite nordeste da RPPN encontra-se o 2º Distrito de Joselândia que abriga três comunidades, São Pedro de Joselândia, Retiro São Bento e Pimenteira, sendo esta última o foco deste trabalho.

A comunidade Pimenteira foi escolhida em decorrência dos seguintes fatores: a quase inexistência de registros sobre trabalhos lá desenvolvidos; e a ausência de ações sociais desenvolvidas pela Estância Ecológica SESC Pantanal, como as já realizadas em São Pedro de Joselândia e as iniciativas em projetos de desenvolvimento sustentável em Retiro São Bento, prevendo-se, desta forma, que a opinião sobre a RPPN SESC Pantanal seja mais imparcial.

Diante do exposto, este trabalho visou contribuir com a comunidade Pimenteira caracterizando-a ambiental e socialmente, identificando a percepção dos moradores com relação à existência da unidade de conservação e quanto à importância das ações conservacionistas desenvolvidas na RPPN SESC Pantanal. Assim, esta pesquisa vem a enriquecer o conhecimento da realidade das comunidades pantaneiras para a promoção do desenvolvimento sistematizado a partir de estudos mais significativos assegurando, assim, a proteção do ecossistema em que estão inseridas.

2. CARACTERIZAÇÃO DAS ÁREAS DE ESTUDO

2.1. Comunidade Pimenteira

A comunidade Pimenteira é uma das três vilas que compõem o 2º Distrito de Joselândia localizado no entorno da Reserva Particular do Patrimônio Natural SESC Pantanal, ambos situados no Pantanal do município de Barão de Melgaço, no Estado de Mato Grosso.

Estima-se que no final do século XIX, o que hoje se conhece como 2º Distrito de Joselândia era um local que já possuía seus primeiros habitantes, visto que a ocupação da área que hoje compreende todo o município de Barão de Melgaço, foi se estabelecendo de acordo com a topografia, as partes mais altas foram os locais mais apropriados para a instalação das primeiras moradias; vale ressaltar que apenas 2,5% da área do município encontra-se em terra firme, o restante constitui-se como extensas áreas alagadas ou alagáveis.

Como já mencionado, o foco central deste trabalho será a comunidade Pimenteira. Esta comunidade possui estrutura intermediária comparando-se às outras duas. Com aproximadamente 60 habitações, está localizada a 6 km de São Pedro, 13 km do Retiro São Bento, 7 km do Posto de Proteção Ambiental (PPA) São Luiz da RPPN, 130 km de Barão de Melgaço (distâncias pela estrada) e 81 km de Poconé (em linha reta). É a comunidade com acesso mais dificultoso, portanto a assistência por parte da gestão política governamental ainda é precária.

2.2. Reserva Particular do Patrimônio Natural SESC Pantanal

A Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) é uma das categorias do grupo das unidades de Uso Sustentável. Segundo o SNUC, A RPPN é uma área privada, gravada com perpetuidade constituindo-se como um espaço destinado à pesquisa científica e à visitação com objetivos turísticos, recreativos ou educacionais.

Em 1996, o Serviço Social do Comércio (SESC), através da Estância Ecológica SESC Pantanal (EESP), instituiu a Reserva Particular do Patrimônio Natural SESC Pantanal no intuito de contribuir com a conservação deste bioma. Desta forma, 16 antigas fazendas de gado que se encontravam inoperantes foram adquiridas, agrupadas em uma reserva e reconhecidas como RPPN pelo IBAMA em 1998.

Posteriormente, a unidade foi integrada ao *Convention on the International Importance Especially as Waterfowl Habitat*, comumente conhecido como Convenção de Ramsar que trata de procedimentos internacionais para o uso racional e conservação dos habitats úmidos. A RPPN é considerada ainda Zona Núcleo da Reserva da Biosfera.

Sob influência do regime de cheias e vazantes dos rios Cuiabá (a noroeste) e São Lourenço (a sudeste), sua área total é de 106.644 hectares. Seus limites terrestres são com fazendas tradicionais de gado ao sul, a nordeste com propriedades rurais médias e o distrito de São Pedro de Joselândia que compreende três comunidades: São Pedro de Joselândia, Pimenteira e Retiro São Bento. O limite sudeste é estabelecido com a Reserva Indígena Pirigara, da etnia bororo.

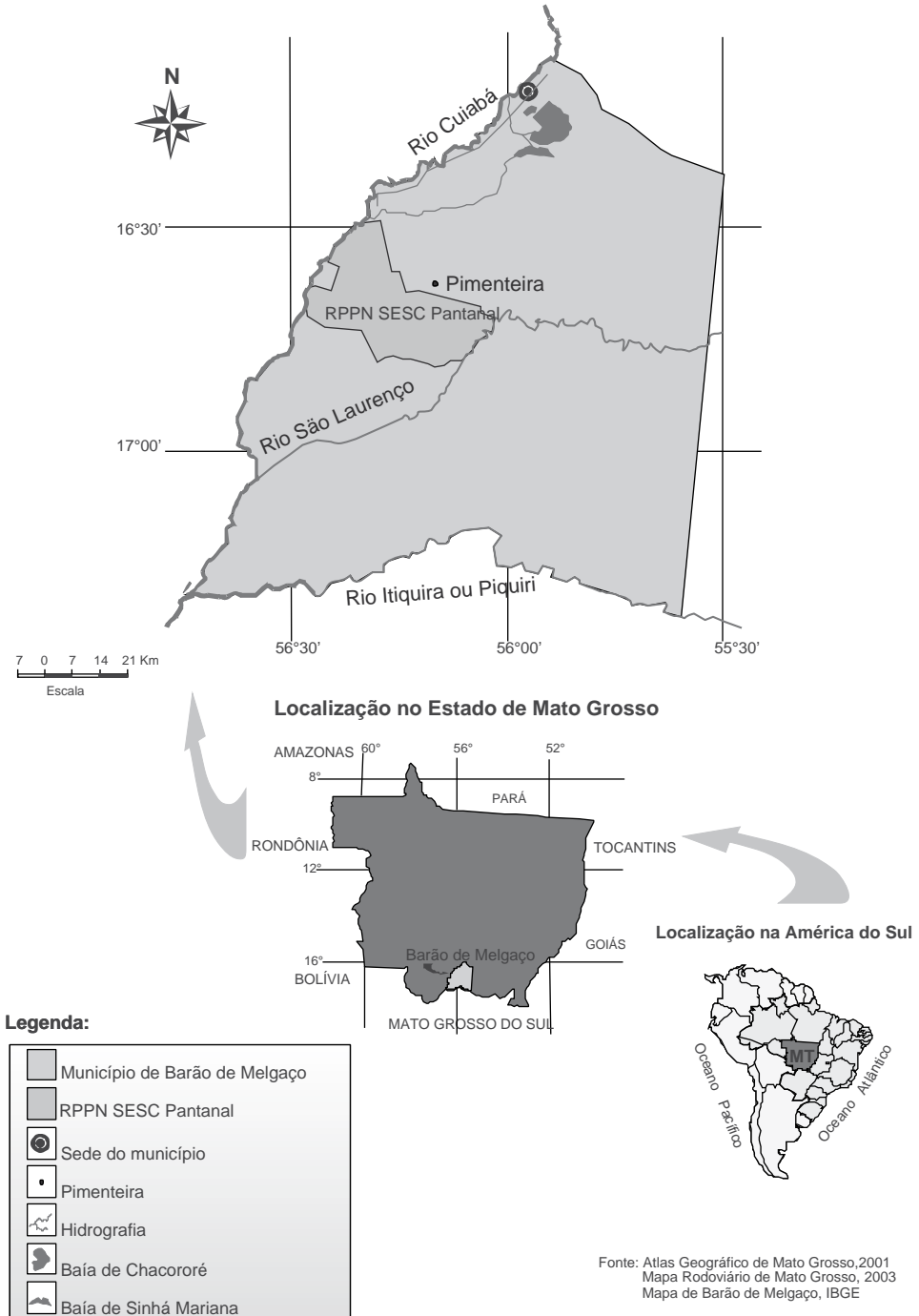


Figura 1. Localização da área de estudo. (Elaborado por Leda Müller em abril de 2006.)

3. MATERIAL E MÉTODO

Este trabalho trata-se de uma pesquisa predominantemente qualitativa. A técnica utilizada para coleta dos dados baseou-se em entrevistas abertas e semi-estruturadas.

Foi realizado constantemente levantamento bibliográfico durante o desenvolvimento da pesquisa. Posteriormente, a comunidade de Pimenteira foi caracterizada através de levantamento sócio-ambiental breve, obtido por meio de entrevistas abertas e semi-estruturadas, além de observações a partir da vivência na comunidade através de visitas *in loco*. Nesta primeira etapa, a amostra foi composta pelos moradores mais antigos na comunidade, perfazendo um total de 13 pessoas, sendo 4 da comunidade São Pedro e os 9 restantes moradores de Pimenteira. Foram obtidas informações na Prefeitura de Barão de Melgaço e com conversas informais com moradores da sede do município, bem como dados estatísticos e geográficos no Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE).

Inicialmente, foram realizadas duas visitas no período de enchente, uma no mês de novembro e outra em dezembro de 2005. O acesso se deu por meio de carro até o Hotel SESC Porto Cercado, partindo de barco «voadeira», até o Porto Biguazal (porto de entrada na Reserva). O percurso até PPA São Luiz e, em seguida, até a comunidade Pimenteira, foi realizado através de trator com o acompanhamento de um guarda-parque. Na segunda visita, o percurso até o PPA e à comunidade foi realizado por meio de charrete e a cavalo. Em ambas as visitas, o tempo de permanência na comunidade foi de quatro dias em cada.

A segunda etapa foi também desenvolvida por meio de visita *in loco* que teve a duração de cinco dias na comunidade. Esta última foi realizada durante o pico da cheia no Pantanal (mês de março de 2006) e se deu através de barco do Hotel SESC Porto Cercado à comunidade São Pedro e as visitas às casas em Pimenteira foram realizadas a cavalo com o acompanhamento de um morador da comunidade.

Para registro dos aspectos observados, o trabalho foi norteado inicialmente por um roteiro de pesquisa de campo, no qual estão mencionados os fatores mais importantes registrados durante o desenvolvimento da pesquisa (Richardson 1999).

Num segundo momento, através de entrevista semi-estruturada, buscou-se conhecer os reais sentimentos e percepção dos moradores de Pimenteira com relação à RPPN SESC Pantanal e suas ações de manejo. Nesta etapa, os depoimentos foram registrados por escrito e alguns gravados em áudio com a permissão do entrevistado e/ou da família do mesmo. A amostra nesta última fase consistiu em 20% da comunidade, um total de 12 famílias. Várias etapas foram registradas em fotografias.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A presente pesquisa resultou em um diagnóstico que não foge à realidade da relação entre as comunidades tradicionais e as unidades de conservação no Brasil atualmente.

Esta é uma questão ainda problemática, visto que a aproximação entre estes dois fatores requer tempo e iniciativas para que ambas possam se conhecer e que os objetivos da unidade sejam compreendidos, inclusive para estabelecer maior interação e, conseqüentemente, ações mais efetivas de proteção à natureza. Entretanto, antes de abordar a questão da percepção, outros aspectos referentes à estrutura da comunidade serão comentados, pois consistem em informações obtidas e registradas na primeira etapa da pesquisa que são elementos essenciais sobre a comunidade.

Uma das questões investigadas foi a origem do nome Pimenteira. Segundo os mais antigos, o nome surgiu devido a um grande capão⁴ próximo formado pela árvore chamada «pimenteira» (*Licania parvifolia* Huber) (Pott e Pott 1994).

Atualmente, a comunidade possui uma estrutura que pouco evoluiu desde a época dos primeiros moradores que lá se instalaram. Há aproximadamente 60 casas que abrigam famílias com número variável de filhos, segundo os moradores, a média de oito a doze filhos caiu para dois a três. Estes, de um modo geral, estudam ou trabalham eventualmente em serviços informais, que, na maioria, estão ligados à atividade com o gado ou com os roçados. Observou-se que, em aproximadamente 20% das famílias os filhos não moram mais na comunidade, os quais residem em Poconé ou em Cuiabá. Este fato foi justificado com a busca por melhores condições de estudo e trabalho. Quanto à infra-estrutura básica da vila, poucas são as casas com sistema de esgoto, o lixo produzido é queimado, a água é obtida através de poços artesianos e a energia elétrica começou a ser disponibilizada à comunidade em janeiro de 2006. As casas de alvenaria são minoria, predominando as de pau-a-pique, ou «barreiro» como eles chamam, com estrutura em bambu e barro e cobertura de palha de acuri.

Há três estabelecimentos comerciais e uma escola chamada Escola Municipal de Pimenteira. Atualmente, sua estrutura é insuficiente para atender a toda a comunidade. Com apenas duas salas em estado precário de conservação, a escola atende cerca de 70 alunos em faixa etária entre 5 e 32 anos. A estrutura médico-hospitalar encontra-se em condições precárias, todas as famílias visitadas apontaram este aspecto como sendo o mais problemático. Há um posto de saúde que foi construído em 2004, entretanto não foi equipado nem esteve em funcionamento, desta forma, não há atendimento médico nem disponibilidade de medicamentos à população. As doenças mais apontadas foram gripe, resfriado, anemia, sendo os problemas dentários os mais mencionados. Desta forma, a comunidade faz uso de remédios caseiros, elaborados a partir da coleta e preparo de plantas medicinais.

As principais atividades desenvolvidas pelos moradores cotidianamente estão associadas à pecuária intensiva e extensiva em pequena escala, assim como a suinocultura e a agricultura de subsistência sem técnicas para irrigação. Os itens mais cultivados

⁴ Capão é um tipo de unidade de paisagem pantaneira que consiste em grandes manchas de vegetação que formam ilhas nos campos inundáveis. Hoje a ocorrência da espécie vegetal que predominavam nesta paisagem, a pimenteira, é menor em comparação com a época em que a comunidade surgiu, segundo as informações dos entrevistados.

são milho, arroz, feijão, mandioca, batata doce, quiabo, abóbora, melancia e maxixe. As manifestações culturais da comunidade são marcantes e ricas. O padroeiro é São Bento, devido à associação deste com a proteção contra serpentes e demais animais peçonhentos. A festa de São Bento é realizada no mês de março tradicionalmente, com mastro e procissão onde são preparados pratos típicos.

De maneira geral, pôde-se observar que o modo de vida dos moradores é peculiar em função da dinâmica do ecossistema em que a comunidade está inserida. Vários dos entrevistados disseram que não é comum o deslocamento para as cidades vizinhas e até mesmo dentro da própria comunidade, em especial no período de cheia, no qual parte dos campos entre as casas dispersas ficam inundados.

Neste contexto, a vivência na comunidade teve o intuito de obter informações que representassem a opinião dos moradores com relação à criação da RPPN SESC Pantanal e suas ações de manejo. Antes de relacionar os resultados desta investigação, vale mencionar que estes são ainda preliminares visto que são questões que demandam um maior tempo para estabelecer mais aproximação e, conseqüentemente, informações mais completas da comunidade. O resultado obtido nesta etapa não foge à realidade da problemática relação entre as comunidades tradicionais e as unidades de conservação no Brasil.

O primeiro aspecto observado foi com relação ao tempo de vivência na comunidade do representante da família, que, geralmente, foi a pessoa mais velha da casa que participou mais da entrevista em comparação aos outros integrantes da família. Destes, 16,66% não declararam o local de nascimento nem o tempo de vivência na comunidade; 25% não declararam o lugar de origem, mas revelaram que moram na comunidade há mais de quarenta anos; 8,33% nasceram na região próximo às margens do rio Cuiabá, mas moram há mais de quarenta anos em Pimenteira e 50% nasceram na comunidade há mais de trinta e três anos. Nota-se que a relação com o lugar não é algo recente para a maioria dos entrevistados, o que favorece para a obtenção de uma opinião mais sólida sobre a instalação da RPPN visto que acompanharam o processo de mudança da área antes dominada por fazendas de gado e atualmente uma área de proteção ambiental.

O segundo aspecto investigado foi sobre a opinião com referência à unidade de conservação. Das doze famílias, 25% revelaram não ter nenhuma opinião formada; 8,33% declararam que o SESC Pantanal deve dar mais assistência aos moradores de Pimenteira e 66,66% revelaram que foi uma iniciativa positiva que gerou benefícios. Com relação ao conhecimento da área da RPPN, 8,33% não declararam; 8,33% conheceram a área no tempo em que eram fazendas de gado; 41,66% disseram conhecer a RPPN e 41,66% revelaram não conhecer a área. Apesar do número de pessoas que conhecem a área ser correspondente ao número dos que não conhecem, os primeiros a conhecem em função da prestação de alguns serviços na unidade.

No que se refere ao conhecimento sobre as atividades desenvolvidas na UC 41,66% declararam conhecer algumas e, destes, 60% citaram as ações de combate aos incêndios

florestais promovidas intensamente no período da seca e 40% citaram o reparo e manutenção das cercas nos limites da área. Estas informações já apontam para a idéia que eles têm da UC. A atividade mais mencionada foi o combate aos incêndios porque, além de ser realmente uma ação de destaque da unidade, é uma atividade que está associada à oportunidade de emprego aos moradores, pois a brigada de incêndio da RPPN é formada por servidores temporários que moram na comunidade.

Este último aspecto discutido também teve reflexos nos próximos fatores investigados que estão associados aos impactos positivos e negativos gerados com a criação da RPPN. Com relação aos impactos positivos apenas 8,33% declararam não ter havido nenhum benefício e 91,66% mencionaram os impactos positivos gerados. Destes últimos os aspectos citados foram: redução da caça, 8,33%; proteção da natureza, 33,33%; assistência à população (caronas emergenciais, apoio em casos de problemas de saúde e apoio na reforma da escola prevista para 2006), 58,33%; e o aspecto positivo mais mencionado foi a geração de emprego e renda sendo apontado em 75% das entrevistas.

A partir destas informações pode-se deduzir que a comunidade ainda não tem um conhecimento claro sobre os objetivos prioritários da RPPN SESC Pantanal, e ainda por ser uma comunidade na qual a assistência pública é insuficiente, a criação da RPPN trouxe mudanças que geraram benefícios que dificilmente seriam promovidos pela gestão pública. A questão da conservação ambiental, objetivo primeiro da RPPN, foi um aspecto distante da opinião que pôde-se perceber da comunidade. Mas, esta percepção é resultado não só dos benefícios gerados à comunidade depois da criação da unidade, mas também da ausência de um esclarecimento à comunidade sobre o que é uma unidade de conservação e porque a área que antes eram fazendas hoje encontra-se protegida. Infelizmente não houve este momento junto à população para esclarecimento dos motivos pelos quais a RPPN estava sendo criada, logo, é natural que a comunidade não veja a unidade de conservação definida como tal.

5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A partir das constatações, pode-se concluir que esta pesquisa reflete a realidade das comunidades vizinhas às unidades de conservação que raramente estão inseridas no processo de gestão destas áreas protegidas. No caso em estudo, a comunidade ainda não compreende claramente os objetivos da RPPN SESC Pantanal, no entanto, há esforços e interesse para que esta relação se estreite.

Sendo assim, para promover maior integração entre a comunidade Pimenteira e a RPPN SESC Pantanal, sugere-se aos gestores da unidade que, na reformulação das ações de manejo, procurem técnicas mais participativas para tomadas de decisões. Dentre elas a elaboração de projetos que auxiliem a comunidade apresentando formas alternativas para seu crescimento e conseqüentemente melhoria da qualidade de vida da população, alternativas a exemplo do Projeto Colméia. Mas estas intervenções

devem ser introduzidas na realidade da comunidade tradicional, desvinculando-se de ações assistencialistas e/ou paternalistas, pois, utilizando palavras de Demo (2004), a comunidade precisa tomar seu destino em suas mãos, não esperar a libertação do opressor, e fazer-se protagonista crucial de seu projeto de desenvolvimento.

Outra ação que poderia contribuir para sensibilização da comunidade frente à importância da RPPN para o ecossistema, seriam programas para o desenvolvimento de trabalhos na escola da comunidade, nos quais os pesquisadores responsáveis pelos projetos realizados atualmente na RPPN poderiam realizar atividades para envolver os alunos no processo da pesquisa científica. Desta forma, além de estar aproximando-os da unidade, eles estariam vivenciando a prática dos trabalhos no campo e aprendendo as técnicas utilizadas pelos diferentes pesquisadores.

É um caminho complexo, com dificuldades e resistência, mas necessário para que as ações de manejo da biodiversidade pantaneira possam ser efetivas em todas as esferas, não apenas ecologicamente, mas também econômica, social, e culturalmente, com o objetivo de buscar a sustentabilidade integrada entre todas essas dimensões.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- IV CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
2004 *Anais V. I. Rede Nacional Pró Unidades de Conservação / Fundação O Boticário de Proteção à Natureza.* Curitiba.
- ANTAS, P. T. Z.
2004 *Pantanal Guia de Aves.* Fotos: Haroldo Palo Júnior. Serviço Social do Comércio - Departamento Nacional. Rio de Janeiro.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
1992 *O que é Agenda 21: Marcos referenciais para o Desenvolvimento Sustentável.* Disponível em <<http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18&idConteudo=597>>. Acesso em 25/03/2006.
- BRASIL. SENADO FEDERAL. SUBSECRETARIA DE INFORMAÇÕES
Lei N.º 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III, e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.
- DEMO, P.
2004 *Pesquisa participante: saber pensar e intervir juntos.* Série Pesquisa em Educação, v. 8. Líber Livro. Brasília
- DIEGUES, A. C., V. M. VIANA
2000 *Comunidades Tradicionais e Manejo dos Recursos Naturais da Mata Atlântica.* São Paulo: NUPAUB.
- FERREIRA, J. C. V.
2001 *Mato Grosso e seus municípios.* Cuiabá: Buriti.

MAGNOLI, D.

2006 «O Protocolo de Kyoto e a terceira etapa da “Ecodiplomacia”». Disponível em <http://www.clubemundo.com.br/revistapangea/show_news.asp?n=56&ed=1>. Acesso em 25/03/2006.

MILANO, M. S.

2002 *Unidades de conservação: atualidades e tendências*. Curitiba: UFPR/FBPN.

PEDRINI, A. de G.

1997 *Educação ambiental: Reflexões e práticas contemporâneas*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes.

POTT, A., V.J. POTT

1994 *Plantas do Pantanal*. Corumbá: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Centro de Pesquisa Agropecuária do Pantanal.

RICHARDSON, R. J.

1999 *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3ª ed. São Paulo: Atlas.

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – SESC, ESTÂNCIA ECOLÓGICA SESC PANTANAL

1998 *Plano de Manejo da Reserva Particular do Patrimônio Natural SESC Pantanal*. Brasília: FUNATURA – Fundação Pró-Natureza.